



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Comunidade Pede escola de volta

"Decreto. Moradores reagem contra doação de imóvel à
Assembléia"
(Notícia do Dia, 12/4, p. 3)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 12/4/11



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Especial	Data: 12/04/2011
Assunto: Comunidade pede escola de volta		Página: 3

Comunidade pede escola de volta

Decreto. Moradores do maciço reagem contra doação de imóvel à Assembleia

JOÃO MEASSI

joao@noticiasdodia.com.br

@joao_ND

FLORIANÓPOLIS — Uma mobilização de mães e crianças do maciço do morro da Cruz protestou na tarde de ontem contra a entrega para a Assembleia Legislativa do prédio da Escola Estadual Celso Ramos. O prédio da escola, no entanto, já havia sido cedido por meio de um acordo entre as secretarias de educação estadual e municipal para abrigar uma creche de gestão municipal para atender a comunidade local. O decreto de cessão de uso foi assinado no dia 6 de abril.

O Estado cedeu a área de 5.088 m² da escola para “ampliação das instalações da sede da Assembleia Legislativa pelo prazo de 20 anos.” Na tarde de ontem, enquanto os manifestantes – impedidos de entrar pela guarda – aguardavam na frente do prédio, o problema foi discutido por representantes da comunidade na presença do secretário municipal da Educação, Ro-

dolfo Pinto da Luz, e da deputada Ângela Albino, que representava o presidente Gelson Merísio.

O acordo entre governo e prefeitura previa que assim que a escola fosse esvaziada – como aconteceu no começo do ano, com a transferência dos alunos para outras unidades – o prédio seria reformado e repassado para o município. “O nosso plano é um Centro de Educação Infantil para 500 crianças”, disse o secretário Rodolfo Pinto da Luz, que confirmou o acordo. “Só concordaram com a desativação da escola Celso Ramos se ela virasse um Centro de Atendimento Infantil”, reforçou.

Segundo Pinto da Luz, a carência em creches na franja do Maciço é de 500 vagas. Na Capital toda, seriam 2.000. “A questão é atender as crianças onde for. Pode parecer pouco: uma escola, mas uma vaga já é uma conquista”, ponderou.

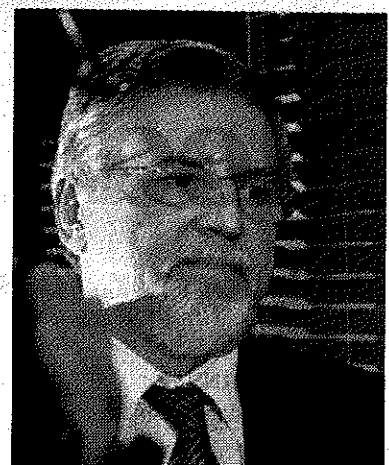
**Pedido.
Quem pediu ao
governo do Estado o
prédio da escola básica
Celso Ramos
foi a presidência da
Assembleia Legislativa,
para instalar setores
administrativos**

Comunidade exige derrubada do decreto

A compensação oferecida pela Assembleia, de construir creches e escolas para atender a comunidade da franja do morro do Maciço, não é aceita pela comunidade. “A gente estava tão feliz que ia conseguir este espaço para transferir a creche, e a felicidade foi quebrada pela notícia do decreto”, afirmou a professora Adriana Jurema da Silva, gestora da Creche Municipal Santa Terezinha.

A creche funciona em uma casa alugada na Prainha, vizinha ao iate clube Veleiros da Ilha, e atende 115 crianças de um ano e meio a 6 anos. A creche está com o espaço físico esgotado, o imóvel alugado apresenta problemas, e ainda há fila de crianças esperando vagas. “O prédio da escola é ideal porque está pronto. Basta uma adequação nos banheiros e já pode receber as crianças”, explica.

“Revogação já e construção da creche”, diz Rogério Antonio Rodrigues, presidente do Conselho Comunitário do Morro da Mariquinha.



DANIEL QUERCOZINO

Acordo. Luz participou da negociação



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Especial	Data: 12/04/2011
Assunto: Comunidade pede escola de volta		Página: 3



Protesto. Comunidade foi às ruas reclamar o acordo que previa a transformação da Escola Estadual Celso Ramos em Centro de Educação Infantil (CEI)



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Especial	Data: 12/04/2011
Assunto: Comunidade pede escola de volta		Página: 3

Repasse recebeu críticas de vereadores

“É inadmissível que uma escola se tome um apêndice da Assembleia Legislativa. É humilhante, é um escárnio”, disparou o vereador Celso Sandrini (PMDB), na sessão de ontem da Câmara de Vereadores de Florianópolis. Sandrini não foi o único a condenar a cessão da Escola Celso Ramos para a Assembleia Legislativa.

O vereador Renato Geske (PR) foi até mais contundente: “Não podemos admitir que espaço da Educação seja transformado em espaço da administração pública”. Ele destacou que o decreto partiu de um governador que prometeu investir em Educação.

Em defesa da Assembleia Legislativa se manifestou o vereador Cesar Beloni Faria “O presidente vai compensar o uso com investimentos em equipamentos comunitários”, disse, citando valores entre R\$ 5 a R\$ 7 milhões. Basta apenas saber o resultado da avaliação do imóvel, que está sendo realizada.

Assembleia pede tempo para conversar

A deputada Ângela Albino representou o presidente da Assembleia Legislativa, Gelson Merisio, na reunião perante representantes de várias comunidades, entre elas Cristo Redentor do morro da Mariquinha, morro do Maciço, Prainha, e morro da Queimada. “Mas a decisão é do governador. Precisamos conversar com ele”, disse a deputada. Uma nova reunião sobre o tema está marcada para amanhã, na Assembleia.

Ângela ressaltou a contrapartida da Assembleia em compensar a doação com a construção de creches e escolas destinadas às comunidades da Prainha e da franja do Morro do Maciço. A comunidade entende que essa compensação não se viabiliza porque não existem terrenos disponíveis nessa região e, se existem, os terrenos são muito valorizados. “Não há terreno no centro”, diz Simone Caon, que tem um filho na creche Santa Terezinha.

“
O nosso plano é um Centro de Educação Infantil para 500 crianças.”

”
RODOLFO PINTO DA LUZ, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Ponto Final	Data: 12/04/2011
Assunto: Mais educação, menos burocracia		Página: 39

Mais educação, menos burocracia

Moradores do maciço do Morro da Cruz foram ontem à Assembleia Legislativa para protestar contra o decreto governamental que cede as instalações da Escola Celso Ramos, na Prainha, para o Legislativo. Mães presentes ao encontro, que foi coordenado pela deputada Angela Albino (PCdoB), reclamaram da carência de 500 vagas para educação infantil, apenas na região central. O secretário municipal da Educação, Rodolfo Pinto da Luz, presente ao encontro, junto com o vereador Renato Geske (PR), disse com imensa propriedade: "A burocracia está crescendo e tomando lugar da educação". A deputada está propondo uma audiência pública para debater o esvaziamento das escolas estaduais na Grande Florianópolis. O assunto será discutido nesta quarta-feira (13), às 9h, com o presidente da AL, deputado Gelson Merísio (DEM).



Debate. Angela Albino, Renato Geske e Rodolfo Pinto da Luz

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Ponto Final	Data: 12/04/2011
Assunto: Desmonte		Página: 39

Desmonte

Algumas escolas estaduais da região central de Florianópolis desativadas nos últimos anos: Antonieta de Barros (rua Victor Meirelles), Silveira de Souza (rua Alves de Brito, prédio cedido à prefeitura) e Celso Ramos (Prainha). O Instituto Estadual de Educação também está com parte do espaço físico desativado.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 12/4/11
Assunto: Pela devolução da escola		Página: 9



PELA DEVOLUÇÃO DA ESCOLA

A deputada estadual Angela Albino (PC do B), à direita, recebeu um grupo de moradores do Maciço do Morro da Cruz, ontem à tarde, que protestam contra o decreto do governador Raimundo Colombo que cede a Escola Celso Ramos, contígua ao Palácio Barriga Verde, para a Assembleia. Angela recebeu a missão das mãos do presidente Gelson Merisio. O secretário de Educação de Florianópolis, o professor Rodolfo Pinto da Luz (segundo da direita para a esquerda), e o vereador Renato Geske (PR), que não aparece na foto, acompanharam a comissão. Angela sugeriu uma audiência pública, e a comunidade, que está irreduzível, terá um encontro com Merisio, amanhã, às 9h. A Assembleia Legislativa prometeu a construção de um espaço público para os moradores da região. Não bastou.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Gerais	Data: 12/4/11
Assunto: Escola na Prainha vai virar escritórios		Página: 42

CAPITAL

Escola na Prainha vai virar escritórios

A Escola de Educação Básica Celso Ramos, na Prainha, em Florianópolis, será transformada em escritórios para a Assembleia Legislativa.

O decreto assinado pelo governador Raimundo Colombo na semana passada foi criticado por moradores da região. Na tarde de ontem, pais e crianças fizeram uma passeata no local para manifestar contrariedade à cessão do prédio da escola.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN. <i>joinville</i>	Data: 12/04/2011
Assunto: Diversos		Página: 8

PALESTRAS

Vagão do Conhecimento passa por três escolas

O Vagão do Conhecimento estará em Joinville de hoje até sexta-feira. As crianças das escolas João Costa, Oswaldo Cabral e Ada Santana Silveira participarão das palestras sobre segurança na linha férrea e atividades educativas relacionadas à cultura. Os alunos vão fazer fantoches, terão conceitos básicos sobre informática e estímulo à criatividade e escrita.

GRUPO DO PARAGUAI

Estudantes de Assunção fazem visitas em Joinville

Alunos de Assunção, no Paraguai, visitaram Joinville ontem. Os estudantes terão a missão de preparar um trabalho, valendo nota, destacando os aspectos políticos e econômicos da cidade. “Chamou a atenção como a cidade é organizada e limpa”, comentou Alan Insaurralde, de 17 anos. O grupo passará por Jaraguá do Sul, Itajaí e Camboriú.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Coluna Ricardinho	Data:
Assunto: Não escola		Página:

NÃO ESCOLA

O magistério da Capital está indignado com o repasse da Escola Estadual Celso Ramos para uso da Assembleia Legislativa. A prefeitura espera há meses um pedido ao governo do Estado para usar o espaço para uma creche como prometido aos moradores da Prainha.



CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Política	Data: 08/04/2011
Assunto: Será que desta vez eles entendem?		Página: 24

Será que desta vez eles entendem?

Educação. Implantação de mais um ano no ensino fundamental foi o motivo de reunião

ROGEMAR SANTOS
roger@noticiasdodia.com.br
@rogemar_ND

JOINVILLE – Para evitar que alunos sejam prejudicados na transferência de escolas municipais para escolas estaduais, depois da implantação do nono ano para o ensino fundamental, a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores de Joinville se reuniu ontem para pedir apoio da Promotoria da Infância e Juventude, Secretaria Municipal de Educação e Gered (Gerência Estadual de Educação).

Tudo começou em 2001 com a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que definiu nove anos para o ensino fundamental no país, e não mais oito anos. Os municípios brasileiros, como Joinville, implantaram o ensino fundamental de nove anos em 2003. O problema é que o ensino estadual não acompanhou os municípios no mesmo período. Estudantes de escolas municipais que são transferidos para escolas estaduais acabam encontrando a diferença de um ano de ensino.



“
Com o histórico, não teremos mais conflitos.

”
SERGIO JUSTIN,
PROMOTOR



A presidente da Comissão de Educação, vereadora Dalila Leal (PSL), advertiu que os alunos não podem ser prejudicados por “falhas de comunicação”. O vereador James Schroeder (PDT) explica que os estudantes municipais estariam aptos a entrar no sexto ano estadual, mas por falta de informação sobre a grade são encaminhados para a quinta série, retroagindo ao invés de avançar.

“
Sofremos muito e só resolvemos com o apoio da imprensa.

”
ESTER CAMARGO,
MÃE DE ALUNO



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Política	Data: 08/04/2011
Assunto: Será que desta vez eles entendem?		Página: 24

GERALDO CARNEIRO/ND



Mesma mesa.
Representantes
da Secretaria
Municipal de
Educação e
da Gerência
Regional
formalizaram
parceria

Medidas de proteção

O Conselho Municipal de Educação já divulgou uma resolução orientando as escolas municipais sobre a necessidade de apresentar o histórico na transferência, evitando que os estudantes sejam prejudicados. Os casos mais frequentes foram registrados na área rural.

A coordenadora da Secretaria Municipal de Educação, Raquel da Silva, frisou que está havendo controle e que raros são os casos hoje registrados. O mesmo manifestou Evelise Martins, coordenadora da Gered, que garantiu que tanto município quanto Estado estão falando "a mesma língua".

O promotor da Infância e Juventude, Sergio Ricardo Justin, lembrou que

em dezembro manifestou sua preocupação com os alunos prejudicados, e alertou para a necessidade do histórico dos alunos transferidos. "Com o histórico, não teremos mais conflitos. É aprova de que o aluno está dentro dos padrões exigidos na grade do município", comentou.



ESCOLA

Promotor afirmou que histórico evita o surgimento de conflitos.

Exemplo de "falta de comunicação"

O aluno Willian Huller de Camargo, 11 anos, que cursava o 5º ano, (4ª série), em Guarimir, teve que regredir para o 4º ano quando se mudou para Pirabeiraba, conforme matéria do dia 30 de março do ND. O caso ocorreu diante da "falta de contato" entre a rede municipal de Guarimir e a rede estadual de Joinville. O erro foi considerado um dos mais sérios registrados desde que o ensino fundamental passou de oito para nove anos.

Apenas com a chegada de um novo documento, que prova que o menino cursou quatro dos cinco anos do ensino fundamental o Estado soube que ele foi matriculado na classe errada. No momento, Willian cursa o 6º ano, após uma longa "batalha" com a apresentação de documentos escolares. A mãe do aluno, Ester Camargo, participou da reunião como forma de alertar para que erros semelhantes não ocorram mais em Joinville. "Sofremos muito e só resolvemos com o apoio da imprensa. Não quero que outros tenham o mesmo problema", acrescentou.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 12/4/11
Assunto: Udesc abre disputa por 1.320 vagas		Página: 42

VESTIBULAR DE INVERNO

Udesc abre disputa por 1.320 vagas

A Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) abriu, na sexta-feira, as inscrições para o vestibular vocacionado de inverno, que oferece 1.320 vagas em 32 cursos. As inscrições vão até 6 de maio.

A grande novidade é que, pela primeira vez, a Udesc usa sistema de cotas – 20% serão destinadas a estudantes que tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em escolas públicas, e outras 10% estão reservadas para negros.

Outra novidade é a oferta de 40 vagas para o curso de Engenharia de Petróleo, em Balneário Camboriú. O curso, inédito em SC e com duração de cinco anos em período integral, foi desenvolvido com a colaboração de engenheiros da Petrobras.

Os interessados devem se inscrever no www.vestibular.udesc.br e pagar uma taxa de R\$ 75,00. As provas estão marcadas para 5 de junho e 3 de julho, em Florianópolis, Balneário Camboriú, Joinville, Chapecó, Lages, Ibirama, Laguna e São Bento do Sul.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 12/4/11
Assunto: Pais e professores debatem segurança		Página: 42

PATRULHA ESCOLAR

Pais e professores debatem segurança

Cerca de cem pessoas participaram de uma reunião ontem para discutir a reativação do projeto Patrulha Escolar, do 4º Batalhão de Polícia Militar da Capital. O encontro reuniu pais, professores e diretores de escolas do entorno da Bacia do Itacorubi na Associação de Moradores do Parque São Jorge. O projeto pretende desenvolver ações sociais.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Cidade	Data: 08/04/2011
Assunto: Ginásio será seguro		Página: 13

“Ginásio será seguro”

Reconstrução. Engenheiro confirma conclusão da obra em um ano

WINDSON PRADO

Windson@noticiasdodia.com.br

[@windprado](https://twitter.com/windprado)

Toda a estrutura de sustentação em pré-moldado da obra do ginásio de esportes da Escola Estadual Arnaldo Moreira Douat, no bairro Costa e Silva, que desabou na tarde de quarta-feira já foi removida pela empresa responsável pela construção.

Após novas perícias, a equipe de engenheiros da MFG Estrutura Metálica e Concretos Pré-Moldados comprovou que a estrutura desabou por causa de uma falha humana. “Tudo desabou porque um dos tirantes que sustentam os pré-moldados estourou. Isso aconteceu porque as peças não estavam bem amarradas, uma vez que a estrutura ainda está sendo moldada. Foi uma falha humana”, explicou o engenheiro civil dono da MFG, Marcus Fiori.

Na manhã de ontem, Fiori esteve novamente no local e

anunciou que o ginásio estará pronto em no máximo um ano. “A comunidade pode ficar tranquila que o ginásio ficará seguro. Este foi um problema que acontece muito eventualmente. Estamos no mercado há mais de dez anos e já construímos várias estruturas como esta. Nunca tivemos problema semelhante. Este acidente aconteceu porque os tirantes ainda estavam sendo amarrados, depois de pronta, a estrutura não cederia”, completou.

A obra é resultado de uma antiga reivindicação da comunidade escolar do Arnaldo Douat e começou a ser construída em 2009. Custará ao governo estadual R\$ 856.853,32. As aulas seguem normalmente, porque os alunos não têm acesso ao espaço. “O local fica isolado, os alunos não têm contato nenhum com a obra, com isso, as aulas prosseguem normalmente”, informa o diretor da instituição, Juliano Carvalho.



Falha humana. Tirantes malcolocados fizeram a estrutura do ginásio desabar



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia (Joinville)	Editoria: Geral	Data: 11/4/11
Assunto: Marco Tebaldi visita aluno que ingeriu vidro		Página:

Marco Tebaldi visita aluno que ingeriu vidro

O secretário de Estado da educação, Marco Tebaldi, visitou no domingo (10) pela manhã a família do estudante Gileade Kamchen, 10 anos. Na semana passada o menino engoliu cacos de vidro que estavam na merenda da Escola de Educação Básica Carlos da Costa Pereira, em

São Francisco do Sul.

Tebaldi esteve na casa de Gileade, na localidade de Tapera, no bairro Aracai. Tebaldi fez uma visita de cortesia e informou aos pais do garoto que abrirá sindicância para investigar tal situação.

“Os pais precisam ter tranquilidade

quando mandam seus filhos para aula e ter garantias de que estamos cuidando bem deles. É nossa obrigação zelar por isso. A alimentação tem que ter boa qualidade e vamos verificar se o problema foi no preparo, no fornecedor primário ou outra situação”, disse Marco Tebaldi.





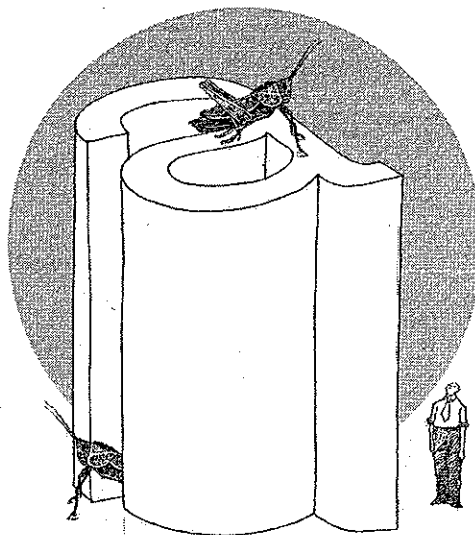
CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 12/4/11
Assunto: Desperdício no ensino		Página: 10

DESPERDÍCIO NO ENSINO

Num país carente de recursos para atender demandas em áreas prioritárias, preocupa a informação de que o Ministério da Educação (MEC) repassou R\$ 17,1 bilhões a governos estaduais e municipais desde a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em 2007, sem que a sua aplicação efetiva fosse fiscalizada. Em consequência, multiplicam-se os desvios, que, embora concentrados em estados e municípios do Norte e do Nordeste, acabam causando impacto em todo o país. Ainda que os desmandos ocorram desde os tempos do antigo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), antecessor do Fundeb, até hoje não foi tomada qualquer providência concreta para apertar os controles ou, ao menos, para definir a quem compete a fiscalização de movimentações tão expressivas, numa área na qual o que mais falta são justamente verbas.

! Só para 2011, estão previstos R\$ 7,8 bilhões para complementar as dotações para o ensino em locais nos quais os recursos são insuficientes. A preocupação do governo federal é com os 10% de sua competência. Ainda assim, a questão é que, se a fiscalização falha, a destinação adequada dos recursos carreados por estados e municípios também fica comprometida. Os problemas ocorrem porque a competência de vigiar é delegada a conselhos municipais que, por serem integrados, na maioria das vezes, por pessoas indicadas por critérios políticos ou por representantes de pais ou professores sem



É inaceitável que parte dos bilhões de reais destinados à área educacional continue a se perder pelo caminho simplesmente pela falta de um órgão federal capaz de centralizar a fiscalização.

formação específica para auditar contas, geralmente afrouxam os controles. O resultado, muitas vezes, são irregularidades, que vão desde licitações fraudulentas até a apresentação de notas frias e o desvio de dinheiro que serviria para pagar os salários dos professores.

Por mais difícil que seja a fiscalização de recursos tão pulverizados, esta é uma situação que não pode prosseguir, pois cada centavo tem um significado valioso.

É inaceitável que parte dos bilhões de reais destinados à área educacional continue a se perder pelo caminho simplesmente pela falta de um órgão federal capaz de centralizar a fiscalização. Num primeiro momento, a competência era atribuída ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Hoje, o en-

tendimento é de que caberia à Casa Civil da Presidência da República. Na falta de um entendimento definitivo, os recursos destinados a esta área continuam sendo corroídos até conseguirem chegar ao seu destino final.

Um levantamento aleatório feito pela Controladoria Geral da União dá uma ideia do volume de desperdício numa área tão essencial para o país. Entre os municípios selecionados, 41% tinham licitações fraudulentas e 58% gastavam os recursos de maneira indevida. Esta é uma situação que não pode ser mantida indefinidamente. Mesmo concentrado em regiões específicas, o descontrole acaba contribuindo para lesar os brasileiros, particularmente os que dependem do estudo para garantir um futuro melhor para si mesmos e para o país.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 12/04/2011
Assunto: Desperdício no ensino		Página: 3

OPINIÃO DO GRUPO RBS

Desperdício no ensino

Num país carente de recursos para atender demandas em áreas prioritárias, preocupa a informação de que o MEC repassou R\$ 17,1 bilhões a governos estaduais e municipais desde a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em 2007, sem que sua aplicação efetiva fosse fiscalizada. Em consequência, multiplicam-se os desvios que, embora concentrados em Estados e municípios do Norte e do Nordeste, acabam causando impacto em todo o País. Embora os desmandos ocorram desde os tempos do antigo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), o antecessor, até hoje não foi tomada providência para apertar os controles ou, ao menos, definir a quem compete a fiscalização de

movimentações tão expressivas, numa área na qual o que mais falta são justamente verbas.

Só para 2011, estão previstos R\$ 7,8 bilhões para complementar as dotações para o ensino em locais nos quais os recursos são insuficientes. A preocupação do governo federal é com os 10% de sua competência. Ainda assim, a questão é que, se a fiscalização falha, a destinação adequada dos recursos também fica comprometida. Um levantamento feito pela Controladoria Geral da União dá uma ideia do volume de desperdício numa área tão essencial. Entre os municípios selecionados, 41% tinham licitações fraudulentas e 58% gastavam os recursos de maneira indevida. Esta é uma situação que não pode ser mantida. O descontrole contribui para lesar os brasileiros.

Clipping

CNTE

Ministro da Educação diz que TCEs devem fiscalizar verbas

› Data: 12/04/2011
› Veículo: EXTRA - RJ
› Editoria:
› Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Letícia Lins

11/04/2011 às 23:55 Atualizado em 12/04/2011 às 00:00

RECIFE - Se depender do Ministério da Educação, a fiscalização do uso de verbas do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) vai continuar precária. O ministro Fernando Haddad afirmou nesta segunda-feira que essa atribuição é dos tribunais de contas dos estados e admitiu que, se eles não agirem, os abusos vão ocorrer.

- O Tribunal de Contas da União afirma que não é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que fiscaliza o Fundeb. O Fundeb é 15% do Ministério da Educação. Os outros 85%, o TCU sabe que nós fiscalizamos. Os tribunais de contas dos estados têm que atuar, porque o dinheiro do governo federal se mistura com o dinheiro local no financiamento da educação - disse ele ao responder apressadamente a perguntas de jornalistas durante sua visita a Recife.

- Se os tribunais de contas dos estados não estiverem atentos para a fiscalização do Fundeb, pode haver irregularidades - advertiu.

Em Pernambuco, tanto o TCE quanto o Ministério Público Federal constataram irregularidades na aplicação de verbas.

O ministro da Educação foi a Recife para empossar o professor Fernando Freire na presidência da Fundação Joaquim Nabuco. No discurso, Haddad afirmou que a educação no Brasil está começando a reagir, e que não é fácil tirar o país da inércia, mas que isso já está ocorrendo.

- Ninguém veio perguntar como atingimos o grau de excelência, porque não atingimos ainda. A pergunta é como retirar o Brasil da inércia. Ou seja, lá fora já é visível que o Brasil se mexe na área educacional, na boa direção da qualidade, do rendimento, da inclusão - disse.

Clipping

CNTE

O controle das verbas do Fundeb (Editorial)

» Data: 12/04/2011
» Veículo: O ESTADO DE S. PAULO - SP
» Editoria: NOTAS E INFORMAÇÕES
» Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
FNDE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

- O Estado de S.Paulo

Criado em 2007 para substituir o antigo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) aumentou em dez vezes o valor dos repasses federais para as redes estaduais e municipais de ensino. Mas a lei que criou o Fundeb não previu um sistema de controle sobre o modo como esses recursos são aplicados pelos Estados e municípios. Sem um órgão específico para acompanhar o uso de verbas federais, a fiscalização - quando existe - fica a cargo de conselhos locais, que sofrem todo tipo de pressão política.

Por causa disso, cerca de R\$ 17 bilhões já foram transferidos sem a fiscalização pelo governo federal, desde a criação do Fundeb - e, em 2011, serão mais R\$ 7,8 bilhões, sem qualquer controle direto, apesar das advertências encaminhadas às autoridades educacionais pelo Ministério Público Federal, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), que seleciona prefeituras por meio de sorteio para auditar suas contas.

Como era de esperar, a falta de um órgão específico de fiscalização dos repasses dos recursos do Fundeb acabou propiciando fraudes do tipo superfaturamento no fornecimento de merendas e na contratação de transporte escolar, desvio de dinheiro para compra de uísque e festas de carnaval e apropriação indébita de dinheiro público - especialmente no Nordeste e no Norte.

Em muitos Estados e municípios dessas duas regiões, a falta de controle deu - e continua dando - margem a inúmeras irregularidades - como manipulação de concorrências, licitações públicas fraudulentas, apresentação de notas frias e desvio de dinheiro destinado a pagamento de gratificações e vantagens funcionais dos professores do magistério público e municipal. Segundo os coordenadores dos programas de fiscalização por amostragem da CGU, 41% das prefeituras sorteadas para serem auditadas, entre 2007 e 2008, registravam casos de licitações fraudulentas e 58% gastavam os recursos do Fundeb de maneira irregular.

Os auditores da CGU descobriram que em Bequimão, uma pequena cidade do Maranhão, com 21 mil habitantes, R\$ 2,6 milhões foram desviados por meio de folhas de pagamento "frias" - os professores das escolas municipais nunca viram a cor do dinheiro. No Pará, intimada a apresentar os comprovantes de gastos dos recursos repassados pelo Fundeb, a prefeitura da cidade de Cachoeira do Piriá alegou que eles desapareceram num incêndio. Em Alagoas, investigações realizadas em 2009 pelo Ministério Público e pela Polícia Federal em 47 cidades resultaram em 21 ações de improbidade administrativa. "O Fundeb é um dos programas mais fraudados no Nordeste, uma vez que a fiscalização praticamente inexistente", diz o procurador regional da República e coordenador do Fórum de Combate à Corrupção em Pernambuco, Fábio George.

Para tentar submeter as prefeituras a algum tipo de controle, o TCU decidiu que a

fiscalização seria de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Mas, alegando que a lei que criou o Fundeb não prevê essa tarefa, as autoridades educacionais se recusaram a executá-la. "Se me perguntarem sobre merenda, transporte escolar ou qualquer programa do FNDE, vou responder. Sobre controle e problemas do Fundeb, isso não é de minha competência", diz o chefe da auditoria do FNDE, Gil Loja Neto.

No MEC, a ideia é que o controle do uso dos recursos do Fundeb deveria ficar a cargo da CGU. Mas, alegando que na administração federal o órgão repassador de recursos é responsável pelo acompanhamento do dinheiro transferido, a CGU não tem interesse em assumir esse papel. Diante do impasse, em outubro de 2010 o TCU recomendou à Casa Civil que avaliasse a conveniência de criar - ou designar - um órgão federal específico para controlar a aplicação dos recursos do Fundeb. Até hoje, a Casa Civil não se manifestou.

As irregularidades envolvendo o Fundeb dão a medida do caos reinante no sistema de financiamento da rede pública de educação básica.

Clipping

CNTE

Brasil supera países ricos em gastos com escola privada

↳ Data: 12/04/2011
↳ Veículo: DESTAK - DF
↳ Editoria: SEU VALOR
↳ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Pesquisa mostra que 1,3% das riquezas produzidas em 2009 foi gasto no ensino particular

No Brasil, as famílias fazem mais esforço para educar os seus filhos do que as famílias de países de-senvolvidos, aponta pesquisa do instituto Inesper.

Com base em dados do IBGE, o estudo apontou que, no Brasil, 1,3% das riquezas (PIB) produzidas em 2009 foi consumido com educação privada, segundo o jornal Folha de S.Paulo.

Para comparar, a média da OCDE, organização que reúne nações ricas, foi de 0,9%.

Ao todo, 30% das famílias brasileiras gastaram com educação privada em 2009.

O gasto privado brasileiro com educação é equivalente ao da Austrália, cujos alunos conseguiram o 9º melhor posto em ranking de leitura. O Brasil ficou em 53º.

O cálculo da pesquisa abrange gastos com mensalidades, cursos extras e material.

"Nosso gasto reflete a má qualidade da rede pública", disse ao jornal Naercio Menezes, autor do estudo.

Para ele, há dupla tributação no país, já que as famílias pagam impostos, que bancam o ensino público.

Clipping

CNTE

Vergonha do sete

» Data: 12/04/2011
» Veículo: DESTAK - DF
» Editoria: SEU DESTAK
» Assunto principal: ENSINO MÉDIO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

No século 19, Victor Hugo se negou a apertar a mão de d. Pedro 2º, porque este era o imperador de um país que convivia com a escravidão. Hoje, Victor Hugo não apertaria a mão de um brasileiro para parabenizá-lo pela conquista da sétima posição entre as economias mundiais, convivendo com a tragédia social: o 88º lugar em educação, segundo a Unesco.

Somos o sétimo em valor do PIB, mas ignoramos que, segundo o FMI, somos o 55º país no valor de renda per capita, fazendo com que sejamos uma potência habitada por pobres. Mais grave: não vemos que, segundo o Banco Mundial, somos o 8º pior país do mundo em termos de concentração de renda.

Somos a sétima economia do mundo, mas de acordo com a Transparência Internacional estamos em 69º lugar na ordem dos países com ética na política, por causa da corrupção. A nota ideal é 10, e o Brasil tem nota 3,7.

Somos a sétima potência em produção, mas há décadas exportamos quase o mesmo tipo de bens e continuamos importando os produtos da tecnologia. Somos um dos maiores produtores de automóveis e temos uma das maiores populações de flanelinhas fora da escola.

Segundo um estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que pesquisou 46 países, o Brasil fica em último lugar em percentagem de jovens terminando o ensino médio. Segundo a OIT, a remuneração de nossos professores está atrás de países como México, Portugal, Itália, Polônia, Lituânia, Látvia, Filipinas.

Somos a sétima potência econômica, mas a permanência de nossas crianças na escola, em horas por dia, dias por ano e anos por vida está entre as piores de todo o mundo, além de que temos, certamente, a maior desigualdade na formação de cada pessoa, conforme a renda de seus pais. Os brasileiros dos 10% mais ricos recebem investimento educacional cerca de 20 vezes maior do que os 10% mais pobres.

Essa dicotomia entre uma das economias mais ricas do mundo e um mundo social entre os mais pobres só se explica porque nosso projeto de nação é sem lógica, sem previsão e sem ética. Sem lógica, porque não percebemos que "país rico é país sem pobreza", como diz a presidente Dilma. Sem previsão, por não percebermos a grande, mas atrasada economia que temos, incapaz de seguir em frente na concorrência com a economia do conhecimento. E sem ética, porque comemoramos a posição na economia esquecendo as vergonhas que temos no social.

Clipping

CNTE

MEC faz plano para ajudar país a subir em rankings

• Data: 12/04/2011
• Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
• Editoria: COTIDIANO
• Jornalista(s): PATRÍCIA GOMES
• Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Colocação das federais no mundo preocupa

PATRÍCIA GOMES

DE SÃO PAULO

Para que as universidades brasileiras passem a frequentar mais e melhor os rankings internacionais de qualidade, o Ministério da Educação está preparando um plano para aumentar a quantidade de publicação de brasileiros em meios científicos.

"Estamos terminando um estudo aprofundado dos rankings para potencializar a participação das federais brasileiras", diz Luiz Cláudio Costa, secretário de Educação Superior do ministério.

Conforme a Folha publicou ontem, a ciência brasileira amarga posições ainda inexpressivas nos rankings internacionais mais renomados do mundo.

A intenção do MEC é começar o projeto com as universidades federais mais reconhecidas, com os cursos mais tradicionais de graduação e pós, injetando recursos específicos para pesquisa.

"Vamos fomentar a publicação e a citação. Citação se faz por meio de intercâmbio de acadêmicos e estudantes, incentivando trabalhos conjuntos com universidades internacionais", afirma ele.

Para o secretário, a desvantagem do país é muito clara. Na lista dos pesquisadores mais citados do mundo, ele diz haver em torno de cinco brasileiros, ao passo que a Universidade Harvard (EUA) tem uma centena.

"Existem revistas científicas altamente conceituadas, como a "Nature". Por ano, temos uma média de três a quatro [artigos publicados por pesquisadores brasileiros]", exemplifica.

Segundo Costa, o principal problema hoje das instituições brasileiras é reconhecimento, e não exatamente produção. Para justificar sua afirmação, ele cita um estudo da Unesco em que o Brasil é o 13º maior produtor do mundo de ciência nova.

METODOLOGIA

Costa considera que os rankings internacionais têm problemas metodológicos, mas reconhece que eles são, no mínimo, coerentes.

"Os rankings têm muitos questionamentos, mas as universidades mais bem avaliadas são as que mais contribuem para o avanço da humanidade," afirma o secretário. Ele diz "olhar com mais carinho" o THE (Times Higher Education) e o recém-criado QS.

Na última edição do THE, divulgada no mês passado, o país era o único Bric (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China) que não tinha nenhuma instituição entre as cem melhores.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 12/4/11
Assunto: Comissão do Plano Nacional de Educação será instalada amanhã		Página: Online

Comissão do Plano Nacional de Educação será instalada amanhã

A deputada Fátima Bezerra, presidente da Comissão de Educação e Cultura, ressalta a importância de uma Comissão Especial para se discutir o tema em entrevista à Rádio Câmara.

De acordo com a Agência Câmara, a comissão especial criada para analisar o Plano Nacional de Educação - PNE (PL 8035/10, do Executivo) será instalada nesta quarta-feira (13). Na mesma reunião, serão eleitos o presidente e os três vice-presidentes do colegiado. A comissão foi criada pelos líderes para acelerar a tramitação da proposta.

O projeto que estabelece o plano para o decênio 2011-2020 prevê que, ao longo do período, 7% do Produto Interno Bruto (PIB) deverá ser investido em Educação. Esse mesmo percentual já estava previsto no PNE anterior (2001-2010), mas entidades que atuam na área denunciam que a meta não foi cumprida.

Pelos cálculos do Ministério da Educação (MEC), a implantação do novo plano custará um total de R\$ 80 bilhões.

A edição de um novo plano nacional de educação a cada década está prevista na Constituição.

A reunião será às 14h30 no plenário 11.



CLIPPING

Veiculo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 12/4/11
Assunto: Número de graduados triplicou nos últimos 10 anos, diz ministro		Página: Online

Número de graduados triplicou nos últimos dez anos, diz ministro

A modernização da universidade brasileira corresponde ao avanço da educação, nos padrões da evolução detectada pelos organismos internacionais, que colocaram o país como um dos três que mais avançaram na última década”. A afirmação foi feita pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, que está em Natal para proferir palestra na Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN) e inaugurar instalações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do estado.

De acordo com Haddad, apesar de determinados setores da sociedade insistirem em afirmar que a educação não acompanha o desenvolvimento econômico do país, o número de estudantes formados por ano na educação superior é o triplo do que se formava há dez anos (950 mil contra 350 mil). “O governo federal investe de forma sólida e constante na modernização e na ampliação do ensino superior nas universidades federais”, sustentou o ministro. “Dobramos as vagas de acesso, ampliamos a proporção de estudantes por função docente e investimos em inovações pedagógicas como os bacharelados interdisciplinares, entre outras ações.”

Na palestra que proferiu no seminário Motores do Desenvolvimento, na reitoria, Haddad informou que as universidades federais potiguares — UFRN e Universidade Federal Rural do Semiárido — estão conectadas e que o desenvolvimento da região Nordeste passa pela geração de mão de obra qualificada e pelo desenvolvimento de projetos de resgate da enorme dívida que o país tem com a região. “Não basta fazer a economia crescer. Nós já vivemos essa experiência no passado”, destacou. “É preciso crescer com a sustentabilidade da educação.”

Orçamento — Quanto ao orçamento da educação, o ministro assegurou ser intocável tudo o que foi comprometido em termos de docentes, técnicos e obras na esfera do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). “Quando há prioridade e vontade política, as universidades e institutos federais respondem aos desafios que o país precisa superar”, disse, ao participar da inauguração da Escola de Ciência e Tecnologia da UFRN.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

Haddad salientou ainda que o Ministério da Educação (MEC) registra hoje cerca de 3,5 milhões de metros quadrados de obras. “O equivalente a 500 desses pavilhões de sete mil metros quadrados que estamos inaugurando agora”, disse.

Clipping

CNTE

Professora Dorinha Seabra cobra qualidade na educação e valorização do professor

› Data: 12/04/2011
› Veículo: JORNAL DA CÂMARA - DF
› Editoria: GERAL
› Assunto principal: ENSINO MÉDIO
ENSINO SUPERIOR
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

A discussão do Plano Nacional de Educação (PNE-PL 8035/10) vai permitir que o Congresso analise a melhoria do sistema educacional, avaliou a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO). "Queremos construir um plano para que, em dez anos, possamos comemorar juntos a melhoria dos resultados dos nossos alunos nas avaliações internacionais", disse.

Para isso, a deputada cobrou o investimento em qualidade e na formação e remuneração dos professores. "Nós queremos que a melhoria da educação, a equiparação e a qualidade não sejam frutos de programas temporários, mas de uma mudança verdadeira dentro do sistema", afirmou.

A parlamentar defendeu que os professores estudem nas universidades a melhor forma de repassar os conteúdos da sala de aula, e que o magistério seja bem remunerado para que a carreira atraia os melhores profissionais. "Reconhecemos o avanço do piso salarial nacional para os professores [confirmado pelo Supremo Tribunal Federal], mas temos a certeza de que agora, na discussão do Plano Nacional de Educação, nós conseguiremos avançar para que os melhores alunos do ensino médio não sonhem só em ser engenheiros, advogados e médicos, mas que queiram também ser professores", argumentou.

Além disso, a deputada cobrou que o governo invista não apenas nas piores escolas, mas também naquelas que tiveram um bom rendimento. Para ela, deve-se incentivar os bons alunos, as boas escolas e os municípios "que já fizeram o seu dever de casa e cumpriram as metas". O PNE, em sua avaliação, deve permitir escola de qualidade para todos.

Clipping

CNTE

Ampliar ensino médio e superior está entre as metas mais difíceis do novo plano

• Data: 12/04/2011
• Veículo: O GLOBO
• Editoria: O PAÍS
• Assunto principal: ENSINO MÉDIO
ENSINO SUPERIOR
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte A - A +

Estudo aponta que taxa de evasão de universitários cresceu de 14% para quase 20%

Um dos principais obstáculos para a expansão do ensino superior no país, o aumento da cobertura do ensino médio - hoje, metade dos jovens entre 15 e 17 anos não se encontra nesse nível de ensino - está entre as metas mais difíceis do novo Plano Nacional de Educação (PNE), hoje na Câmara. O plano traz como duas das suas 20 metas duplicar as matrículas do ensino médio técnico e aumentar a taxa de matrículas no ensino médio para 85% dos jovens entre 15 e 17 anos.

Outra das metas mais problemáticas do novo PNE é a ampliação da própria taxa de matrículas no ensino superior. A meta para esse ponto determina o aumento das matrículas no ensino superior para uma cobertura de 33% entre aqueles com 18 a 24 anos. Hoje, esse percentual é, segundo o MEC, de 17% - enquanto a Turquia tem 21,1%; o Chile, 28,3%; e a Hungria, 29%. A Coreia, referência de desenvolvimento tecnológico, tem 56,5%.

Além do empecilho causado por uma baixa cobertura do ensino médio, o crescimento do ensino superior no país também tem enfrentado um aumento na evasão dos alunos que conseguem chegar à universidade, segundo estudo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior em São Paulo (Semesp). O estudo mostra que a taxa de evasão no ensino superior no país foi de cerca de 12% em 2007 para mais de 15% hoje. Se for visto apenas o ensino superior privado - que, com programas como o ProUni e o Fies, é responsável por cerca de 75% das matrículas no nível superior hoje -, a evasão cresceu de cerca de 14% para quase 20%.

Segundo o Semesp, pelo menos metade dessa evasão é de alunos das classes C e D - cerca de 40% das matrículas no nível superior hoje - que chegariam despreparados ao nível universitário. No ensino superior privado, onde boa parte dos alunos dessas faixas de renda tem ingressado, a evasão devido ao despreparo também é maior em cursos ligados ao desenvolvimento econômico e tecnológico do país: dos 20 cursos com maior evasão, 11 são de ciências exatas, como os de informática.

- Os alunos das classes menos privilegiadas têm conseguido chegar à universidade, por conta justamente da expansão proporcionada pelo ProUni, por exemplo; e, até quando vemos a curva de crescimento das matrículas no ensino superior, ela acompanha a curva de crescimento da população nessas classes. No entanto, pelo despreparo, por terem vindo de escolas com qualidade de ensino baixa, eles não conseguem acompanhar o curso e abandonam - afirma o diretor-executivo do Semesp, Rodrigo Capelato.

O secretário de Educação Superior do MEC, Luiz Claudio Costa, contesta os dados:

- Hoje, como o censo escolar não conta o aluno por seu CPF, acaba contabilizando como evasão a migração de estudantes de um curso a outro, ou de uma instituição a outra. A partir deste ano, com o censo passando a ser feito com base no CPF, poderemos conhecer melhor esse quadro - diz, destacando que a taxa de diplomação no ensino superior teria subido 195% nos últimos dez anos. - Além disso, não concordo com a hipótese de que há evasão por causa de despreparo. Estudantes que recebem alguma assistência federal, como bolsa do ProUni, têm bons rendimentos.



CLIPPING

Veículo: Revista Veja	Editoria: Gustavo Ioschpe	Data: 13/4/11
Assunto: Hora de peitar os sindicatos		Página: 104 e 105

Hora de peitar os sindicatos

Quando se fala sobre a política da saúde em relação ao tabagismo, os representantes dos fabricantes de cigarro raramente são trazidos para o debate. Essa exclusão não se dá pelo seu desconhecimento da questão, já que eles claramente conhecem o produto mais do que a maioria de seus interlocutores, nem porque haja algum preconceito contra essas pessoas — entendemos que elas estão fazendo esse trabalho para sustentar suas famílias, e não por um desejo de matar milhões de pessoas por ano. Desconsideramos suas opiniões porque sabemos que elas não terão em mente o bem público, mas única e exclusivamente o ganho de sua empresa. São parte interessada na questão e, portanto, sabemos que seu julgamento será influenciado por vieses potencialmente conflitantes com o interesse comum.

Na área da educação, que é tão importante quanto a da saúde, não é assim. Se você tem frequentado a imprensa brasileira nas últimas décadas, sua visão sobre educação será provavelmente idêntica à dos sindicatos de professores e trabalhadores em educação. Você deve achar que o país investe pouco em educação, que os professores são mal remunerados, que as salas de aula têm alunos demais, que os pais dos alunos pobres não cooperam, que deficiências

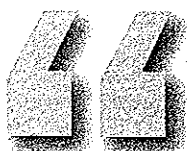
co contestadas, acabaram preenchendo o entendimento sobre o assunto no consciente coletivo, e já estão de tal maneira plasmadas na mente da maioria das pessoas que todas as evidências apresentadas em contrário são imediata e automaticamente rechaçadas. É como se ainda negássemos a ligação entre o cigarro e o câncer de pulmão.

A sociedade brasileira parece não reconhecer que os sindicatos de professores pensam no bem-estar de seus membros, e não no da sociedade em geral. Incorporamos a ideia de que o que é bom para o professor é, necessariamente, bom para o aluno. E isso não é verdade. Cada vez mais a pesquisa demonstra que aquilo que é bom para o aluno na verdade faz com que o professor tenha de trabalhar mais: passar mais dever de casa, mais testes, ocupar de forma mais criativa o tempo de sala de aula,

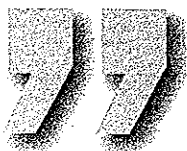
aprofundar-se no assunto que leciona. E aquilo que é bom para o professor — aulas mais curtas, maior salário, mais férias, maior estabilidade no emprego, maior liberdade para montar seu plano de aulas e para faltar ao trabalho

quando for necessário — é irrelevante ou até maléfico para o aprendizado dos alunos.

É justamente por haver esse potencial conflito de interesses entre a sociedade (representada por seus filhos/alunos) e os professores e funcionários da educação que o papel do sindicato vem ganhando importância e que os sindicatos são tão ativos politicamente, convocando greves, passeatas, manifestando-se publicamente com estridência etc., da mesma maneira que a indústria tabagista ou de bebidas faz mais lobby do que, digamos, os fabricantes de fralda.



Antes que a patrulha trate de pôr palavras na minha boca, eu me adianto. Não sou contra a existência de sindicatos, mas acho que eles devem ser vistos como defensores de seus próprios interesses. Seu peso no discurso público deve ser temperado por essa realidade



nutritivas ou amorosas na tenra infância fazem com que grande parte do alunado seja “ineducável” e que parte do problema da nossa educação pode ser explicada pelo fato de que as elites não querem um povão instruído, pois aí começarão os questionamentos que destruirão as estruturas do poder exploratório dessas elites. Não importa que todas essas crenças, exceto a última, sejam demonstravelmente falsas quando se cotejam décadas de estudos empíricos sobre o assunto (a última não resiste à lógica). Todas elas vêm sendo defendidas, *ad nauseam*, pelas lideranças dos trabalhadores da educação. E, como são muito pou-



CLIPPING

Veículo: Revista Veja	Editoria: Gustavo Ioschpe	Data: 13/4/11
Assunto: Hora de peitar os sindicatos		Página: 104 e 105

Uma das razões que tornam os sindicatos tão poderosos é que eles funcionam. Estudo do fim da década de 90 mostrou que, entre os professores brasileiros, a sindicalização era o fator mais importante na determinação do seu salário: os filiados tinham salários 20% mais altos que os independentes.

Outras pesquisas sobre o papel do sindicato dos professores trazem resultados curiosos. Estudo de um economista de Harvard tentando entender o porquê da queda da qualidade das pessoas que optaram pela carreira de professor nos EUA entre 1961 e 1997 encontrou dois fatores: um deles, que explica três quartos do problema, era a crescente sindicalização dos professores, causando compressão salarial (o outro fator era a emancipação feminina, já discutida aqui em artigo anterior). Quando um sindicato se “adona” de uma categoria, a tendência é que os salários de seus membros deixem de ser um reflexo de seu mérito individual e passem a ser resultado de seu pertencimento a alguma categoria que possa ser facilmente agregável e discernível — como ter “x” anos de experiência ou ter feito uma pós-graduação, por exemplo —, pois só assim é possível estabelecer negociações salariais coletivas, para milhares de membros. E só com negociações coletivas é que se torna possível a um sindicato controlá-las. Talvez seja por isso que os aumentos salariais tenham se provado ferramenta tão ineficaz na melhoria da qualidade da educação: as pessoas mais competentes parecem não fugir do magistério pelo fato de o salário ser alto ou baixo, mas sim por seu salário não ter nenhuma relação com seu desempenho. Nenhum ás quer trabalhar em lugar em que recebe o mesmo que os vagabundos e incompetentes. Talvez seja por isso que outro estudo mostrou, paradoxalmente, que a filiação a um sindicato afeta de forma significativamente negativa a satisfação dos professores com a sua profissão. É o preço a pagar pelo aumento salarial.

O outro estudo que conheço sobre o tema é do alemão Ludger Wossmann, que comprou dados de 260 000 alunos em 39 países. Uma de suas conclusões é que naquelas escolas em que os sindicatos têm forte impacto na determinação do currículo os alunos têm desempenho significativamente pior (todos os estudos mencionados aqui estão na íntegra em twitter.com/gioschpe).

Quando ouvir um membro desses sindicatos se pronunciando, portanto, é mais seguro imaginar que suas reivindicações prejudicam o aprendizado do que o contrário. E, especialmente quando a questão for salarial, é preciso levar em conta que não apenas os professores são beneficiados por seu aumento, como os sindicatos também, já que são mantidos por cobranças determinadas através de um percentual do salário.

Antes que a patrulha trate de pôr palavras na minha boca, eu me adianto: não sou contra a existência de sindicatos de professores, nem contra o lobby da indústria do cigarro, da bebida ou das armas. O direito de livre associação e expressão é um pilar inviolável de um estado democrático, e está acima até mesmo do aprendizado de nossos alunos. Só acho que os sindicatos e seus representantes devem ser vistos pelo que são: defensores de seus próprios interesses. Seu peso no discurso público deve ser temperado por essa realidade.

Esse insight causa dois impactos importantes. O primeiro é que nós, os defensores da melhoria educacional do país, estamos sós. O sindicato dos professores não é nosso parceiro e a união dos alunos deixou há muito de defender os interesses educacionais do alunado, trocando-o pela generosa teta do Erário e pelo triste mercantilismo da emissão de carteiras vale-desconto. Não podemos esperar por movimentos organizados para abraçar essa causa: precisamos criar nós mesmos essa união, que será inclusive boicotada pelo *status quo*.

O segundo é que, toda vez que uma organização com esses nobres fins se forma, o cacoete de buscar uma parceria com os representantes dos professores é o beijo da morte. Se quisermos defender exclusivamente o interesse do alunado, a relação com os sindicatos de trabalhadores da educação será provavelmente adversarial, talvez neutra, jamais colaborativa. Ou você já viu oncologista fazer parceria com a Souza Cruz ou o “Sou da Paz” de mãos dadas com a Taurus?



CLIPPING

Veículo: O Estado de SP	Editoria: Educação	Data: 11/4/11
Assunto: Novas graduações sob medida para o mercado		Página: Online

Novas graduações sob medida para o mercado

Após a febre dos cursos tecnológicos, surgem os bacharelados não convencionais em áreas como biodiversidade e energia

Tradicional nos catálogos das universidades, os cursos de Direito e de Administração têm ganhado, ano a ano, companheiros bem inusitados. Primeiro vieram os cursos de graduação tecnológica, com um cardápio que incluía de Quiropraxia a Irrigação. Nos últimos anos, começam a figurar os bacharelados não convencionais. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, oferece o bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidades. Na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), o vestibulando pode optar pelo curso de Ciência e Tecnologia de Laticínios.

JB Neto/AE

Inovação. João Marcos Druzian Filho, que cursa Engenharia de Energias Renováveis

Os bacharelados buscam atender a novas demandas do mercado - principalmente em áreas como biodiversidade e energias renováveis - com currículos que obedecem à peculiaridades regionais, como é o caso do curso de Agroecologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que teve a primeira aula no mês passado em Belém.

"Na Região Norte, o engenheiro chega para fazer o inventário florestal e a população pergunta como faz para resolver o problema de um animal", diz João Ricardo Vasconcellos Gama, diretor do Instituto de Biodiversidade e Florestas. "Por isso, criamos um curso que mescla temas como agronomia e zootecnia. O profissional sai especializado em agricultura familiar."

Para garantir a empregabilidade dos egressos, o projeto pedagógico foi submetido à consulta pública, da qual participaram ONGs, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), fazendeiros e industriais.

Energia renovável. No outro extremo do País, de olho nos parques eólicos que estão sendo construídos nas redondezas, a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) criou o curso de Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente, no câmpus de Bagé (RS). "Tivemos uma explosão dessa área aqui na região, criamos o curso e agora já há outras universidades pedindo para usar o nosso currículo e até o nosso nome", diz a coordenadora do curso, Cristine Schwanke.

O objetivo é que o engenheiro saia com competência para atuar da geração à gestão da energia. "Hoje, as empresas contratam empresas onde cada um faz um pouco. O nosso profissional vai desempenhar o trabalho sozinho."

Motivado por esse mercado sustentável, João Marcos Druzian, de 21 anos, decidiu estudar Engenharia Mecânica: Energias Renováveis e Tecnologia Não Poluente. É aluno da primeira turma do curso na Universidade Anhembi Morumbi, de São Paulo. Começou no ano passado, impulsionado pelo Erbanol, o carro projetado pelo Núcleo de Estudos em Produção mais Limpa



que roda 140 km com um litro de etanol. "As empresas estão investindo em novas tecnologias. Optei por um mercado promissor."

Faltam interessados. Na hora de lançar um novo curso, no entanto, não basta avaliar o mercado e desenhar um bom currículo. É preciso encontrar quem esteja disposto a se embrenhar na nova área, principalmente quando ela foge totalmente do convencional. Apesar de gratuito, o bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidades da UFBA, oferecido há três anos, ainda não consegue preencher as 50 vagas oferecidas anualmente.

"Estamos pagando um preço pelo pioneirismo. As pessoas ainda acham que gênero é uma coisa muito específica", afirma Márcia Macedo, coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.

O currículo do bacharelado inclui temas como feminismo, etnia, relações de poder e orientação sexual. A sala de aula reúne, entre outros, advogados, assistentes sociais, sindicalistas e militantes do movimento negro. "A diversidade não está só no nome do curso. Precisamos ocupar nosso espaço", diz Márcia.

Em São Paulo, a Universidade Cruzeiro do Sul não conseguiu alunos suficientes para viabilizar o bacharelado em Bioinformática, oferecido no vestibular do início do ano e com a descrição ainda no ar no site da instituição. "Queremos acompanhar as tendências do mercado, mas os alunos brasileiros ainda preferem uma carreira mais tradicional", afirma Luiz Henrique Amaral, pró-reitor de graduação.

Para aumentar o número de interessados no processo seletivo do meio do ano, a estratégia da instituição é dar prioridade à divulgação em anúncios e propagandas. "Acreditamos no curso. Só precisamos explicar melhor, porque pouco se sabe sobre o assunto. É uma profissão do futuro", completa Amaral.

Foco. Apesar de as universidades terem autonomia para oferecer novos cursos, em alguns casos falta bom senso, pondera o consultor Carlos Monteiro, da CM consultoria em Educação.

O principal erro, segundo ele, está na modalidade de graduação. "Equivocadamente, ainda somos o País dos bacharéis. Sempre fazemos o curso ficar maior do que precisa sem pensar que, em muitos dos casos, o melhor seria oferecer a graduação tecnológica, mais curta e focada."

A escolha errada traz consequências sérias: o bacharelado pode não sobreviver a mais de uma turma ou registrar altos índices de evasão.

PRESTE ATENÇÃO

- 1. Escolha.** Antes de se matricular em um curso novo, informe-se sobre o mercado de trabalho.
- 2. Análise.** Veja se currículo e formação dos docentes são coerentes com o curso.
- 3. Parcerias.** Ganha pontos a instituição que tiver convênios estabelecidos.
- 4. Coerência.** Confira se não é um curso tradicional travestido de outro nome.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 12/04/2011
Assunto: Estudantes surdos se formam no curso de licenciatura em libras		Página: online

Estudantes surdos se formam no curso de licenciatura em libras
Formatura em linguagem de sinais ocorreu nesta segunda-feira na USP.

Graduação a distância é da Universidade Federal de Santa Catarina.

Vanessa Fajardo Do G1, em São Paulo

Quarenta e três alunos surdos se formaram no curso de licenciatura em letras/libras (linguagem brasileira de sinais) à distância na noite desta segunda-feira (11) no auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP). A cerimônia em São Paulo reuniu apenas os estudantes que utilizaram a USP como polo presencial. A graduação é da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e atendeu estudantes de outros oito polos espalhados pelo Brasil.



Formanda recebe o canudo do professor, enquanto intérprete faz a tradução
(Foto: Vanessa Fajardo/G1)



O curso foi iniciado em outubro de 2006 e concluído em dezembro do ano passado. A cada 15 dias, no mínimo, sempre aos sábados, os estudantes participavam de aulas presenciais com videoconferências. O conteúdo foi baseado em disciplinas de pedagogia, linguística e tradução e interpretação.

A cerimônia de formatura foi acompanhada por intérpretes que a traduziam na linguagem de sinais e tinham sua imagem projetada em um telão. A cada formando que recebia o canudo, a turma chacoalhava as duas mãos para o alto, sinal que representa uma salva de palmas.

Com o diploma, os estudantes estão habilitados a atuar como professores de línguas de sinais, porém a maioria já está na área. É o caso de Neivaldo Augusto Zovico, que tem licenciatura em matemática, pós-graduação em educação de surdos e dá aula de matemática em libras em duas escolas para surdos em São Paulo. "Antigamente os surdos não tinham profissão, por isso cursos como estes quebram paradigmas. Muitas pessoas acham que nós nos comunicamos por meio de gestos. Mas não é isso, através das libras, temos nossas gírias, poesias e até piadas. Há um status de linguagem", diz Zovico, por meio de libras, traduzidas à reportagem por uma intérprete.



Sylvia Lia foi uma das formandas do polo de São Paulo (Foto: Vanessa Fajardo/G1)

Sylvia Lia Grespan Neves, de 42 anos, também era uma das formandas. Ela já cursou biblioteconomia, pedagogia e fez mestrado em educação, mas afirma que a ocasião era especial porque era a primeira vez que se formava com colegas surdos. "Dou aulas de libras, fiz pedagogia, mas aqui o curso foi mais específico com estudos de gramática, que é o foco do meu trabalho", afirmou Sylvia, também em libras.

Sylvia nasceu surda e ensina a linguagem de sinais em universidades para estudantes ouvintes.

Para Eduardo Pereira Rocha, de 28 anos, a graduação foi só o primeiro passo da vida acadêmica. Ele trabalha como instrutor de libras, e pretende fazer pós-graduação na área de educação. "O primeiro desafio foi aprender a lidar com o ensino a distância. Mas valeu muito a pena porque além de conhecimento houve a troca de experiência entre os alunos", diz Rocha, por meio dos sinais.



Cerimônia foi totalmente traduzida em libras por intérpretes (Foto: Vanessa Fajardo/G1)

Nas atividades em casa durante o curso, os alunos assistiam a vídeos em libras, tinham espaço para postar outros vídeos, além de propor fóruns de discussão.

A coordenadora geral do curso a distância, Marianne Stumpf, de 37 anos, que também é surda, disse que os conhecimentos adquiridos pelos formandos devem ser multiplicados para que haja uma mudança sobre a visão do profissional surdo.

Para Tarcísio de Arantes Leite, de 34 anos, que foi o tutor do polo de São Paulo e dá aulas no curso presencial em Santa Catarina, os docentes desta área precisam reaprender antes de ensinar. "Quem trabalha com surdez precisa repensar o estudo, que geralmente é feito com base nas línguas orais. Também é necessário conhecer a realidade do aluno e adaptar o ensino." Leite lembra que geralmente o surdo tem dificuldade com a língua portuguesa e nem sempre lê ou escreve bem.

A Universidade Federal de Santa Catarina oferece também o curso presencial de licenciatura em libras, além do bacharelado em libras que habilita o profissional a atuar como intérprete e tradutor



CLIPPING

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 12/04/2011
Assunto: Olimpíada Brasileira de Matemática		Página: online

Olimpíadas Brasileira de Matemática



Professores e alunos interessados em participar da 33ª Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM) têm até o dia 30 de abril para se inscrever. A competição, que é realizada desde 1979, é dirigida a estudantes de instituições públicas e particulares, do sexto ao nono ano do ensino fundamental, ensino médio e graduação.

[Clique aqui para acessar a página da Olimpíada](#)

A olimpíada é um projeto conjunto da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) e do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Matemática (INCTMat).

As escolas interessadas em participar das olimpíadas devem se cadastrar na página do projeto. Instituições de ensino públicas e particulares competem em quatro níveis — o primeiro para alunos do sexto e sétimo anos do fundamental; o segundo para oitavo e nono anos; o terceiro para o ensino médio, e o nível universitário para estudantes de graduação.

Para a primeira fase, que será realizada em 18 de junho, o professor responsável de cada escola receberá a prova enviada diretamente da Secretaria da OBM. As provas devem ser aplicadas pelos colégios participantes no sábado, às 14h (horário de Brasília). A segunda fase está marcada para 3 de setembro e a terceira e última fase para os dias 15 e 16 de outubro.

A competição desempenha um importante papel relacionado à melhoria do ensino e à descoberta de talentos para a pesquisa em matemática, como o doutorando em matemática Samuel Barbosa Feitosa, 25, que participou da olimpíada entre 2000 e 2003 no nível médio e até 2007 no universitário.



Samuel é graduado e mestre em matemática pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e atualmente faz doutorado no Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), no Rio de Janeiro. Medalha de ouro em 2006, ele afirma que a competição o ensinou a buscar o conhecimento. “A olimpíada influenciou minha imersão em ambiente extremamente estimulante para meu espírito científico, a aprender algo que não é ensinado na escola”, disse. “Durante todo o período que estive na escola, éramos constantemente instigados a aguçar nossa curiosidade e correr atrás de informação.”

Samuel atribui à olimpíada, que na edição 2010 contou com mais de 350 mil participantes de 8200 escolas, um papel relevante na formação do professor. “Durante os anos da minha graduação, atuei como professor em diversas escolas de Fortaleza e pude constatar a força das boas práticas educacionais oriundas do treinamento para olimpíadas. A empolgação dos alunos contagiava os professores que acabavam buscando melhores qualificações e diretores se aproximavam dos alunos para entenderem como melhorar o desempenho deles”, disse o doutorando.

Os interessados em participar das olimpíadas devem se cadastrar na página do projeto. A primeira fase será em 18 de junho, a segunda, em 3 de setembro e a terceira e última fase, nos dias 15 e 16 de outubro.

Os resultados serão divulgados em dezembro e os vencedores serão convidados a participar da 15ª Semana Olímpica, evento a ser realizado em janeiro de 2012. Além das medalhas e prêmios, os vencedores participam do processo de seleção para formar as equipes que representam o Brasil nas diversas olimpíadas internacionais de Matemática.

por Diego Rocha



CLIPPING

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 12/04/2011
Assunto: Prêmio Gestão Escolar		Página: online

Prêmio Gestão Escolar

Alguns "Casos de Sucesso" do Prêmio Gestão Escolar.



Escola Estadual Geraldo Melo utiliza a comunicação para mobilizar pais de alunos

Unidade atende a população do Graciliano Ramos e bairros do entorno desde 2002

Carro de som, microfone na mão, um aviso manuscrito e a vontade de estar mais próximo da comunidade escolar e das famílias dos 2 mil alunos. É desta forma que o diretor geral da Escola Estadual Geraldo Melo, professor Nilson Ferreira, percorre as ruas do bairro Graciliano Ramos, em Maceió, e utiliza um carro de som para convocar os pais a participarem das reuniões com professores e a direção da escola.



Ferreira revela que a estratégia serve para estabelecer um contato mais próximo com os pais de alunos. “Só para se ter uma ideia, nossas reuniões sempre acontecem aos sábados à tarde e conseguimos reunir aproximadamente 400 pais”, expõe.



Ele vibra com o trabalho que a escola tem desenvolvido com os estudantes e descreve que a instituição tem um grupo responsável por utilizar a comunicação para fazer chegar à comunidade as ações, os projetos pedagógicos e as atividades de extensão desenvolvidas pela escola.



Além disso, uma rádio criada dentro da escola tem sido um instrumento importante para integrar os alunos. Suzynande da Silva, uma tímida aluna do 7º ano do Ensino Fundamental da escola, revela que o rádio mexe com sua imaginação. A garota se transforma ao entrar no estúdio da rádio interna. Ela admite gostar de samba de raiz, funk, rap e hip hop. “Penso em ser cantora ou locutora de rádio”, evidencia. O veículo de comunicação inventado pelo italiano Guglielmo Marconi coloca um sorriso nos lábios dela.

Elaine Maevylle, aluna do 1º ano do Ensino Médio, confessa que gosta de comunicação e que pretende ser jornalista. “Adoro falar na rádio do colégio. Gosto de passar alegria e descontração durante o horário do intervalo na escola”, declara.

O diretor destaca que a rádio atende ainda aos alunos do Programa de Educação em Tempo Integral e serve como instrumento de entretenimento. “As músicas são selecionadas previamente. A rádio funciona no horário do intervalo e na abertura de cada turno da escola. No momento a utilizamos apenas internamente. Nosso próximo passo será disponibilizá-la na web”, declara.



A escola também distribui anualmente seu jornal institucional. Ele serve como uma espécie de prestação de contas daquilo que aconteceu ao longo do ano no ambiente escolar. Nele são veiculadas matérias produzidas pelos alunos, professores e a própria direção da escola. O site da escola está em fase de conclusão e alguns professores utilizam mídias sociais com os alunos. A unidade escolar também utiliza alguns murais no processo de comunicação com seus estudantes.

Elisângela Xavier, 17 anos, aluno do 2º ano do Ensino Médio, comemora o fato da escola utilizar estes instrumentos comunicacionais para estabelecer uma relação mais estreita com os moradores do bairro. Ana Carolina de Souza, 16 anos, disse que acha bem interessante a utilização dos veículos de comunicação. “Penso em fazer comunicação social. Estou bastante estimulada”, confessa.

José Evaristo, 16 anos, estudante do 2º ano do Ensino Médio, garante que os pais e a comunidade do entorno escolar tomam conhecimento de tudo que é feito na escola através dos veículos que a instituição utiliza.

Retrospecto – No ano passado, a escola venceu a versão estadual do Prêmio Referência em Gestão Escolar, organizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, e representou Alagoas em um programa de intercâmbio educacional nos Estados Unidos. A Escola Estadual Geraldo Melo está localizada no Conjunto Graciliano Ramos, em Maceió, e foi inaugurada em abril de 2002.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.estado	Data: 12/04/2011
Assunto: Novidades no ensino superior		Página: 13

Católica em SC

Novidades no ensino superior

Universidade do Paraná assume em Jaraguá e anuncia obras em Joinville

No mesmo dia em que a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) consolidou a última fase da parceria com o Centro Universitário de Jaraguá do Sul (Unerj), também anunciou a construção de um novo campus em Joinville, para junho deste ano.

As mudanças divulgadas ontem, em Jaraguá, concluem a transição que começou em 2008, quando foi firmada parceria de gestão, ensino e pesquisa com a Unerj. Agora, a instituição passa a se chamar Centro Universitário Católica de Santa Catarina.

O pró-reitor da Católica, Roberto Burnett, explica que a alteração da marca não será a única novidade para este ano. "Temos previstos investimentos de R\$ 2,3 milhões para criação de laboratórios de in-

formática e de outras áreas, como engenharia", destacou.

A Católica assume 3,1 mil estudantes da Unerj, que já formou 6,5 mil profissionais nos cursos de graduação e 2,6 mil nos cursos de especialização. No entanto, assim como era com a Unerj, deverá prestar contas ao conselho curador da Fundação Educacional Regional Jaraguáens (Ferj).

Sobre os investimentos em Joinville, o pró-reitor Robert Burnett disse que campus terá proposta diversificada de cursos, que devem ser oferecidos em 2012. "Existem algumas propostas, mas iremos esperar o parecer do conselho curador para depois divulgar à comunidade", destacou Robert Burnett.

O campus de Joinville irá funcionar no antigo prédio da Metalúrgica Wetzel, entre as ruas Visconde de Taunay e Felipe Schmidt e que é tombado pelo Patrimônio Histórico de Joinville. Segundo Burnett, o projeto deverá ser apresentado ao conselho curador da Ferj até o dia 30 de maio.



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Política	Data: 12/04/2011
Assunto: Sistema Acafe		Página: 11

SISTEMA ACAFE

Bauer orientará Fórum

FLORIANÓPOLIS — O presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado federal Edinho Bez (PMDB), indicou ontem, em Florianópolis, o senador Paulo Bauer (PSDB) para orientar as ações do Fórum Parlamentar Catarinense em favor da Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), que solicita junto ao governo federal um tratamento tributário diferenciado.

Atualmente, as universidades precisam pagar o imposto de renda para o governo federal apesar de a Constituição prever que instituições criadas por lei municipal e mantidas pelo poder público possam praticar a modalidade de reaplicação dos recursos.

“A Receita Federal não permite que a Acafe proceda desta maneira, mesmo com a Constituição prevendo que estas instituições destinem seu patrimônio em favor do poder municipal em caso de extinção. Apesar de receberem recursos públicos municipais e estaduais a título de subsídio ou auxílio financeiro, estas universidades não podem ser classificadas como fundações municipais”, explicou Bauer.

A escolha, segundo Bez, se deve a experiência de Bauer como ex-secretário de Estado da Educação. Imediatamente, o senador sugeriu uma audiência entre representantes do Fórum e do Sistema Acafe com o ministro da Educação, Fernando Haddad.



Educação. Senadores Bauer (E) e Casildo Maldaner (D), ontem na Capital



CLIPPING

Veiculo: A Notícia	Editoria: AN.pais	Data: 12/04/2011
Assunto: Banda Larga		Página: 14

BANDA LARGA **Projeto de lei quer ampliar** **uso de internet nas escolas**

Está prevista para hoje à noite a votação do projeto de que amplia o uso da banda larga nas escolas públicas pela Câmara dos Deputados. A lei permitiria o uso de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para financiar a implantação e a manutenção dos serviços de internet de alta velocidade em escolas públicas.